

A TESE DA DUALIDADE DE IGNACIO RANGEL: UMA INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula¹

Resumo: Ensaio sobre a interpretação da história do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, a partir da Tese da Dualidade, elaborada por Ignacio Rangel. Aborda-se a Tese, como principal elemento organizador do pensamento rangeliano; suas leis específicas; a estrutura política da sociedade dual; e, a dinâmica das dualidades brasileiras, conforme a periodização do autor.

Palavras-Chave: Pensamento Econômico Brasileiro. História. Desenvolvimento Socioeconômico. Ignacio Rangel.

¹ Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisador líder do Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada (ERA)* e pesquisador do Grupo de *Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE)*, todos devidamente cadastrados no CNPq.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Abstract: Essay on the interpretation of the history of Brazilian socioeconomic development, based on the Thesis of Duality, prepared by Ignacio Rangel. Thesis is approached, as the main organizing element of Rangelian thought; its specific laws; the political structure of the dual society; and, the dynamics of Brazilian dualities, according to the author's periodization.

Keywords: Brazilian Economic Thought; History; Socioeconomic Development; Ignacio Rangel.

(...) a história, precisamente por ser história, isto é, desenvolvimento e mudanças, jamais se repete, não obstante o caráter obviamente cíclico de muitos dos seus processos. Uma coisa, porém, é certa: a de que a nova geração, precisamente como a minha, deve estar preparada para a luta, para rijos combates, que exigem bravura e inteligência.

Ignacio Rangel

(Discurso como Patrono da Turma de Economia da UFRJ, 1979).

Introdução

Militante político por indignação; bacharel em direito, filósofo e humanista por formação; economista autodidata por escolha e vocação, Ignacio Rangel sem ter tido uma carreira acadêmica convencional, foi um dos mais brilhantes e destacados intérpretes e decifradores do Brasil no século XX (ALMADA, PAULA & HOLANDA, 2014; pg., 32).

Segundo seus contemporâneos, Ignacio Mourão Rangel (1914-1994) foi um intelectual obstinado em desenvolver a capacidade de decidir sobre os destinos do Brasil, em que todas as suas questões teóricas foram condicionadas pela busca de soluções aos problemas econômicos, sociais e políticos que afligiam o país de seu tempo.

Por isso, mergulhou em estudos e pesquisas, que iam da filosofia às matemáticas, com objetivo claro de ir fundo na resolução dos enigmas da formação social brasileira e não a se contentar em apenas formular explicações meramente acadêmicas, limitadas no trato dos problemas desafiadores e recorrentes da sociedade. Em resumo, Rangel passou a vida inteira procurando traduzir as especificidades da formação nacional e do seu desenvolvimento, assumindo posições fortes no debate intelectual e político de seu tempo, a ponto de sua contribuição representar novo olhar e nova interpretação sobre o Brasil e sua história (PALHANO, 2014; pg., 49).

Na esfera das ideias gerais, bem como, na específica dimensão econômica, três influências foram marcantes na estrutura dinâmica do pensamento rangeliano: Marx, Keynes e Kondratieff. É dentro desse

contexto que se entende, a partir da leitura de sua obra, a independência de pensamento, originalidade, inovação e capacidade formuladora. Ou seja, a peculiaridade de Ignacio Rangel residiu na capacidade de dialogia e de intertextualidade com aqueles três autores, sem se reduzir a nenhum dos três, interpretando-os, reelaborando-os e construindo a si mesmo, na singularidade da sua perspectiva de teoria econômica (CORRÊA, 2014; pg., 66).

Contudo, é inegável que o método utilizado por Rangel, em toda sua obra de análise da economia brasileira foi essencialmente histórico. Um materialismo histórico e dialético que Rangel usou com absoluta liberdade, em que analisou não só o desenvolvimento socioeconômico brasileiro como um processo histórico, mas também, o entendimento que a própria ciência econômica é uma ciência histórica por excelência, obrigada, portanto, a permanente mudança e atualização à medida que os processos históricos evoluem (BRESSER-PEREIRA & REGO, 2014; pg., 127).

É possível classificar, cotejando as análises de alguns de seus intérpretes, cinco grandes teses formuladas por Rangel (CRUZ, 1980; MANTEGA, 1984; CASTRO & BIELSCHOWSKI, 1987; BIELSCHOWSKI [1988], 2000; PALHANO, 2014): (1) a *Tese da Dualidade*; (2) a *Tese da Dinâmica Capitalista*; (3) a *Tese da Inflação Brasileira*; (4) a *Tese da Questão Agrária*; e, (5) a *Tese sobre a Intervenção e Planejamento Estatal*.

Focou-se, nesse ensaio, a *Tese da Dualidade*. Justifica-se, por ser uma construção teórica própria, uma criativa adaptação do materialismo histórico, articulada à teoria dos ciclos de Kondratieff. Um modelo teórico, que objetivou interpretar a realidade brasileira de forma concreta, a fim de intervir por meio de uma análise que buscava propostas efetivas de ação. Ademais, todas as outras *teses* indicadas, somente podem ser compreendidas por meio do estudo da *dualidade básica da economia brasileira*. Portanto, uma interpretação da história brasileira de importância histórica.

A *Tese da Dualidade* rangeliana foi a forma de um intelectual militante, de um pensador de profunda consciência do seu engajamento político, de se colocar no cenário político e intelectual de seu tempo, se posicionando de forma independente frente às questões econômicas, sociais e políticas do Brasil e sem medo de propor um caminho para a “revolução brasileira”, bem alternativo ao da esquerda tradicional de sua época.

O ensaio foi dividido em sete seções, a saber. Na primeira seção, abordou-se a *Tese da Dualidade*, em seus aspectos mais gerais. Na segunda seção, discutiu-se as *Leis específicas da dualidade brasileira*, formuladas por Rangel. Na terceira, complementando o entendimento da *Tese da Dualidade* rangeliana, abordou-se a estrutura política da sociedade dual. A partir da quarta seção, abordou-se a *história das dualidades brasileiras*, tomando como base a periodização do autor. Por fim, teceu-se as *considerações finais*.

1. A Tese da Dualidade

A *Tese da Dualidade* é o principal elemento organizador do pensamento rangeliano (BIELSCHOWSKI [1988], 2000; pg., 211). A primeira versão foi redigida em 1953. Em 1957, foi publicada pela primeira vez, pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Recebeu adaptações na publicação *A dinâmica da dualidade brasileira* (1962). Sua versão acabada encontra-se no artigo *A História da Dualidade Brasileira* (RANGEL, 1981).

Pode-se afirmar que a *Tese da Dualidade* rangeliana conjugava e sistematizava as leis gerais da formação histórica marxista à estrutura e funcionamento da economia brasileira. Isto é, Rangel fez uma leitura original do materialismo histórico, em que tal como no marxismo, a história era entendida como uma sequência mais ou menos definida em etapas, cada uma correspondendo a um modo de produção; e, que um modo de produção começa a transformar-se num outro, mais avançado, quando as relações de produção deixam de estimular o desenvolvimento das forças produtivas e passam a entravá-lo.

Contudo, considerava que a forma de inserção do Brasil na economia mundial, isto é, o fato de se ter constituído como economia complementar e periférica, exigia uma assimilação crítica dessas teses (BIELSCHOWSKI, [1988], 2000; pg., 212). Ou seja, Rangel rejeitou, para o caso brasileiro, a sequência da história universal contada pelo marxismo ortodoxo – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo – tal como formulada para contar a história europeia. Segundo ele, a história do Brasil não retratava fielmente àquela história, porque nossa evolução não foi autônoma, não foi um produto exclusivo de nossas forças internas (RANGEL, 1957; pg., 29).

A adaptação da visão marxista da história universal ao caso brasileiro foi feita através do conceito de *dualidade*. Tal conceito subdividiu a categoria marxiana de *relações de produção* em *relações internas* e *relações externas*. A partir dessa subdivisão, Rangel enunciou a tese de que a história do Brasil se deu numa sequência de pares de modos de produção simultâneos.

Para compreender o que o autor denominou de modos de produção simultâneos, toma-se com exemplo, sua análise da estrutura econômica brasileira no início do século XX. Isto é, de acordo com Rangel, as relações internas do latifúndio eram feudais. Entretanto, o latifúndio dedicava-se à produção de bens de exportação, estimulado por relações comerciais que o país mantinha com o resto do mundo. Em torno de tais relações, agenciadas pelo capital mercantil nacional e internacional, constituiu-se todo um modo de produção capitalista, pois nos centros urbanos, onde se concentrava a engrenagem das atividades de comércio externo – finanças, transportes, comunicações etc. –, predominavam as *relações de produção capitalistas* (BIELSCHOWSKI, [1988], 2000; pg., 213).

Isso quer dizer que coexistiam no Brasil relações de produção feudais na agricultura, que Rangel chamou de **polo interno** da economia, e capitalistas nos setores ligados ao comércio internacional. Esses

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

últimos eram denominados, em conjunto, de **polo externo** da economia; isto é, o polo através do qual a economia brasileira se articulava com o resto do mundo (Ibid. Ibidem).

A ideia de simultaneidade de dois modos de produção, constituía o elemento central da *Tese da Dualidade* básica da economia brasileira, segundo a qual cada modo de produção teria, por sua vez, uma dupla natureza, relativa, respectivamente, a suas relações *internas* e *externas*. O latifúndio seria *internamente* feudal e *externamente* capitalista. Portanto, suas *relações de produção internas* seriam feudais e que, nas relações com o resto do mundo, o latifúndio se inseria no modo de produção capitalista, dado seu comportamento como empresa comercial. Através dessa dupla natureza, os modos de produção interagem (RANGEL, 1957; pg., 30).

Na versão ampliada, no início da década de 1960 (RANGEL, 1962), fruto do clima político e intelectual da época, e pelo próprio amadurecimento da sua interpretação, o autor foi levado a pensar a contrapartida política da *dinâmica da dualidade*. Ou seja, a contrapartida política da *Tese da Dualidade* estaria na base da formação do Estado brasileiro. A mudança de um modo de produção para outro estava associado a um *pacto de poder* que resultava da aliança de apenas duas classes dirigentes, uma representando o segmento interno e outra o segmento externo. A transição, de uma dualidade para outra, se faz por cooptação, isto é, pela exclusão, pelo próprio grupo dirigente, dos elementos mais arcaicos, e sua substituição por outros, representativos das novas forças sociais em ascensão (BIELSCHOWSKI, [1988], 2000; pg., 215).

Foi nessa versão, que Rangel vislumbrou a *transição para o socialismo*. Segundo ele, o desenvolvimento brasileiro, havia chegado, na década de 1960, ao início de sua maturidade, regido por uma dinâmica interna, baseada na produção industrial para o mercado doméstico, em que a existência da dualidade estaria desmoronando, e a própria *lei da dualidade* passava a perder validade, já que se observava uma etapa histórica de progressiva homogeneização dos **polos da dualidade** (RANGEL, 1962; pg., 233).

Tal homogeneização estava se dando, por meio, de um processo de transformação do *latifúndio feudal* em unidade capitalista, o que, por sua vez, apontava para a última fase da dualidade na economia brasileira, representada pela paralela conversão do capitalismo privado em capitalismo de Estado, germe da futura dualidade – estatal nas relações econômicas externas e capitalista privado nas relações internas (Ibid. Ibidem).

Isto posto, o novo pacto de poder se faria entre capitalistas e trabalhadores, que em conjunto, fariam a *transição para o socialismo*, por meio do *capitalismo de Estado*. A *transição para o socialismo*, representaria, para Rangel, o final da *dualidade básica da economia brasileira* (Ibid.; pg., 235).

Em sua versão acabada, de 1981, o autor consolidou sua análise, ao amadurecer a relação entre a *lei da dualidade* e a teoria dos ciclos de Kondratieff. Segundo este autor, os ciclos longos de acumulação

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

capitalista têm duração aproximada de meio século, divididos em um quarto de século na *Fase A*, que representa um período *ascendente*, seguido de outro quarto de século *Fase B*, que representa um período *descendente*.

Segundo Rangel, o Brasil se insere nos ciclos longos da economia mundial da seguinte forma: na fase ascendente, é favorecido pelo aumento de suas exportações; na fase descendente, devido a escassez de divisas, se dedica a substituir importações. As *Fases A* dos ciclos de Kondratieff foram nos seguintes períodos 1790-1815, 1847-1873, 1896-1920; enquanto as *Fases B* compreenderam os períodos 1815-1847, 1873-1896, 1920-1948. O autor incluiu um quarto ciclo de Kondratieff, sendo 1948-1973, como *Fase A* e após o primeiro choque do petróleo, em 1973, iniciou-se a *Fase B* (RANGEL, 1981; 1982).

Nessa versão acabada, Rangel expôs a história do desenvolvimento brasileiro, como uma sucessão de três estágios completos de *dualidades*. Observando a dinâmica do capitalismo mundial, entrando na *Fase "B"* do *Ciclo Longo* de Kondratieff e a crise brasileira, no final da década de 1970 e início da década de 1980, Rangel, deixou de lado a *transição para o socialismo* e analisou que o desenvolvimento brasileiro estava entrando em trajetória de uma *Quarta Dualidade*, que seria conduzida, por aliança entre a burguesia indústria e a burguesia rural, em que completaria a homogeneização dos polos da dualidade, prenunciando, assim, *o fim do próprio fenômeno da dualidade* (RANGEL, 1981; pg., 33); e, portanto, o início de uma nova história socioeconômica brasileira.

A *Tese* fica mais fácil de entender com a exposição do que Rangel denominou de as *Leis da Dualidade Brasileira*.

2. As Leis da Dualidade Brasileira

O esquema da *Tese da Dualidade* rangeliana pode ser compreendido na **Figura 1**.

FIGURA 1: O ESQUEMA DA DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA



Adaptação a partir de RANGEL (1981; pg., 10).

De acordo com o esquema da **Figura 1**, Rangel afirma que na estrutura econômica brasileira, encontram-se quatro modos elementares de produção, compondo um modo de produção complexo único – nos quatro lados que, dois a dois, compõem os **polos** do sistema. Tal estrutura é dividida em três setores: primeiro, e mais atrasado, formado pela agricultura feudal ou pré-capitalista (ou de subsistência); o segundo, pela economia de mercado capitalista, envolvendo todas as demais atividades e, o terceiro, pelo comércio exterior. As transformações da economia, de acordo com Rangel, foi sempre resultado da ação que o segundo setor exerceu sobre o primeiro, a partir dos estímulos oriundos do terceiro (PEREIRA, 2014; pg., 103).

A *dualidade* emerge na existência desses dois polos, **interno** e **externo**. Tal como exposto na **Figura 1**, no **polo interno** situam-se, internamente, as relações de produção dominante e a correspondente classe dirigente, que Rangel denomina de *sócio maior* do sistema. No **polo externo**, situam-se, internamente, as relações de produção emergentes e o correspondente *sócio menor*.

A *dualidade*, porém, está contida também no fato de que, tanto no **polo interno** quanto no **externo** há um *lado externo* correspondentes às relações de produção vigentes nos países centrais e que no Brasil vão ser dominantes no polo seguinte, modificando as estruturas das dualidades.

Contudo, essa dinâmica e as respectivas mudanças dos modos de produção seguem, o que Rangel, denominou de *leis específicas da dualidade brasileira*, que se toma emprestado, da versão acabada da respectiva *Tese*, publicada em 1981.

Segundo o autor, a *sociedade dual brasileira*, respondendo, como qualquer outra formação, ao crescimento de suas próprias forças produtivas, muda de modo de produção e o faz no mesmo sentido geral no qual muda a sociedade humana, passando a um modo de produção superior, mas tem um modo peculiar de mudar, isto é, o faz em obediência a cinco “leis específicas”, formuladas por ele (RANGEL, 1981; pg., 12).

1 lei: Quando se cumprem as pré-condições para a passagem a um estágio superior – basicamente, quando as forças produtivas da sociedade crescem, entrando em conflito com as relações de produção existentes, consubstanciadas na dualidade básica –, esta muda, como todas as formações sociais em tais casos, mas o faz apenas por um dos seus **polos**, guardando o outro sua estrutura e integrando-se na nova dualidade, correspondente ao estágio imediatamente superior do desenvolvimento.

2 lei: Alternadamente, mudam o **polo** interno e externo.

3 lei: O **polo** muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu lado externo.

4 lei: Conseqüentemente, o lado externo do **polo** em mudança muda-se, também, passando a adotar instituições características de um modo de produção mais avançado, que comporá nova união dialética com o lado interno recém-criado.

5 lei: Como formação periférica, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia, particularmente no que concerne ao quantum e aos termos de intercâmbio do seu comércio conosco.

É no contexto da *quinta lei* que Rangel consolida o diálogo com os *ciclos longos* de Kondratieff.

Em resumo, a partir das *leis específicas da dualidade brasileira*, Rangel estabelece o seguinte corolário, para o entendimento das transformações na estrutura econômica e que explicam a história do desenvolvimento socioeconômico do país. Diz ele:

*(...) quando, sob o assalto das forças produtivas em expansão, as relações de produção vigentes ameaçam estalar – rompendo-se pelo seu elo mais débil, numa sequencia de pouco tem de acidental –, eis que sobrevém um **fato exógeno**, isto é, a passagem do centro dinâmico à “fase b” do ciclo longo. Do ponto de vista de nossa formação periférica, isso importa em queda do volume físico de nossas exportações, em piora dos termos de intercâmbio, em contração da capacidade para importar etc. As contradições já em processo de agudização, no interior da economia dual tornam-se obviamente inconciliáveis, rompendo-se a cadeia pelo seu elo mais débil, isto é, suprimindo-se o lado interno do polo em crise (RANGEL, 1981; pg., 17).*

Contudo, a *Tese da Dualidade* rangeliana não estaria completa sem a análise da *estrutura política* da sociedade dual brasileira, que se discute a seguir.

3. A estrutura política da sociedade dual

Conforme Rangel (1981; pp., 15-17), se na estrutura econômica brasileira, encontram-se quatro modos de produção, compondo um modo de produção complexo único, nos quatro lados que, dois a dois, compõem os **polos** do sistema, simetricamente, pode-se supor que na sociedade política encontram-se representadas *quatro classes dirigentes*, uma para cada lado. Todavia, segundo o autor, o Estado brasileiro resulta da aliança de apenas *duas classes* dominantes, associadas num “pacto de poder” implícito, que só muda com a *dualidade*, sejam quais forem os elementos pelos quais as duas respectivas classes se façam representar.

Retomando a **Figura 1**, Rangel analisa que o *lado externo* do **polo externo** da dualidade, encontra-se fora da sociedade nacional e, embora exerça influência sobre os negócios do Estado, o faz por intermédio de uma ou ambas as classes dirigentes, e não como integrante. Dessa forma, as aspirações de projeções de poder no Estado brasileiro, se faz pelos outros três lados dos **polos**; isto é, ambos os lados do **polo interno** e o *lado interno* do **polo externo**.

Entretanto, o autor afirma que o **polo interno** está subposto a apenas uma classe e não as duas. Os interesses correspondentes aos dois modos elementares de produção, dialeticamente unidos no **polo interno**, manifestam-se como *ordens diferentes e contraditórias* de objetivos, potencialmente inconciliáveis, do mesmo grupo de pessoas, isto é, no *lado interno*, a mesma classe vê-se pressionada em como se posicionar frente aos desafios do próprio campo de suas relações internas.

Rangel afirma também que a classe representante do **polo externo** acha-se solicitada por duas ordens diferentes de interesses, típicos dos modos elementares de produção nesse polo associado, em

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

unidade dialética. Tal como no **polo interno**, sua função precípua consiste em conciliar essas ordens de interesses, diferentes, contraditórias e, afinal, antagônicas, até quando é obrigada a fazer uma *opção* entre elas, e fazê-lo em condições de crise e sob pressão de todo corpo social. Tal *opção*, uma vez feita por uma classe, muda, de acordo com o autor, a identidade da classe, muda o polo, muda a dualidade e todo o regime.

Rangel considera que o motor primário de todos esses movimentos é o mesmo que é responsável pelo desenvolvimento de todas as formações sociais, isto é, o crescimento das forças produtivas contidas no sistema. Com efeito, essas *opções* de mudanças, não se fazem, conforme o autor, ao acaso; mas no sentido único e previsível, ou seja, pela troca de um modo de produção por outro, mais avançado, invariavelmente o presente no *lado externo* do **polo**, de acordo com a *terceira lei da dualidade*.

Isto é, ao amadurecerem as pré-condições para a *opção* entre as duas ordens de interesses representadas no polo, as antigas unidades e coesão da classe dirigente em causa desaparecem. A chamada *classe dual* cinde-se de alto a baixo, entre uma dissidência *progressista* – isto é, partidária de interesses correspondente ao *lado externo* do **polo** – e uma facção *conservadora*, agregada à preservação do *antigo regime*. A *opção* em causa, é, portanto, uma operação complexa e usualmente demorada, na qual todo o corpo social, e não apenas a classe interessada, toma parte, não obstante ser, afinal, uma escolha entre duas ordens diferentes da mesma classe ou grupo de pessoas.

Dentro desse contexto, cada membro da classe em causa vê-se solicitado entre duas forças opostas, com resultado já indicado de que a classe se cindirá em duas *facções*. Rangel afirma que é fácil ver que os dois grupos guardarão, até o fim, muita coisa em comum, isto é, que uma resistência até as últimas consequências, *à outrance*, é altamente improvável, pois dentro do aparelho do Estado, como partícipe da coalização dirigente, encontra-se a classe representante do outro polo, que usualmente não está internamente dividida, porque as ordens contraditórias de interesses que representa são conciliáveis.

De acordo com o autor, a classe dirigente do *lado interno* do **polo externo**, está, pois, em condições de arbitrar os choques de interesses do seu sócio, negociando sempre com a *facção progressista*, o novo pacto de poder. Para Rangel, as dissidências (progressistas) buscam sempre assumir o comando de toda a sua classe, reunificando-a sob sua liderança, não excluindo os elementos conservadores, passando, assim a compor a nova coalização dirigente. Tem-se, com isso, uma nova classe, um novo polo, uma nova dualidade e um novo regime.

Claro está que, por força da *segunda lei*, em que a renovação acontece em apenas um polo de cada vez, o poder dirigente das dualidades é sempre dividido em duas classes. De um lado, uma que representa o polo não renovado, ao passar de uma dualidade a outra; por outro, a que resulta da dissidência da classe

representante do polo renovado – mas que é afinal outra classe – que se constitui em formação social nascente.

A primeira é uma classe em plena maturidade, consciente de seus interesses, traz consigo a experiência do uso do poder, ao passo que a segunda é politicamente inexperiente, não obstante ser portadora de grande dinamismo. Portanto, segundo Rangel, em cada dualidade historicamente formada o poder é exercido hegemonicamente pela primeira, a mais velha, desfrutando a outra de plena liberdade para provar o seu dinamismo, em tudo o que não conflite com os interesses fundamentais da classe hegemônica.

Aqui, Rangel estabelece outro corolário, de modo a compreender as mudanças na superestrutura, em sua interpretação da história do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, qual seja:

(...) de que a classe que se renova é sempre a hegemônica, que se aproxima do seu fim, quando os seus interesses conflitam com os da outra classe dirigente e os de todo o corpo social e quando, por outro lado, ela se vê internamente dividida, tudo isso em consequência da pressão que sobre as relações de produção do sistema exercem as forças produtivas em expansão (RANGEL, 1981; pg., 17).

Tomando-se como base as *leis específicas da dualidade* e a *estrutura política* dessa sociedade dual, pode-se compreender, em sua totalidade, a formulação rangeliana de que o processo histórico do desenvolvimento socioeconômico brasileiro sempre se regu por duas ordens de leis tendenciais que imperaram respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção. A contrapartida política da dinâmica da dualidade refletiu-se nos pactos de poder que se formaram em torno do Estado, pois como afirmou Rangel: *o Estado brasileiro não se pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade* (RANGEL, 1962; pg., 220).

Aborda-se, a seguir, a *história das dualidades brasileiras*, de acordo com a periodização rangeliana.

4. A Primeira Dualidade

Como foi dito, um dos aspectos básicos da *Tese da Dualidade* é a singular argumentação de Rangel da dinâmica histórica brasileira, explicada de maneira como os modos de produção vão-se sucedendo e compondo, a cada etapa, um novo par. Tal como no método do materialismo histórico, as etapas se sucedem através de transformações que ocorrem nas relações de produção, que determinam o desenvolvimento das forças produtivas e são por ele determinadas.

Rangel interpretou a história do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, a partir do início do século XIX como uma sucessão de três etapas de *dualidades*. Em cada uma delas, a *dualidade* era composta por duas formações dominantes, sendo uma no **polo interno** da economia e a outra em seu **polo**

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

externo. Cada uma delas se iniciou por meio de *crises*, ora na esfera das *relações de produção internas*, ora na de *relações externas*, que teriam afetado de maneira decisiva o desenvolvimento das forças produtivas.

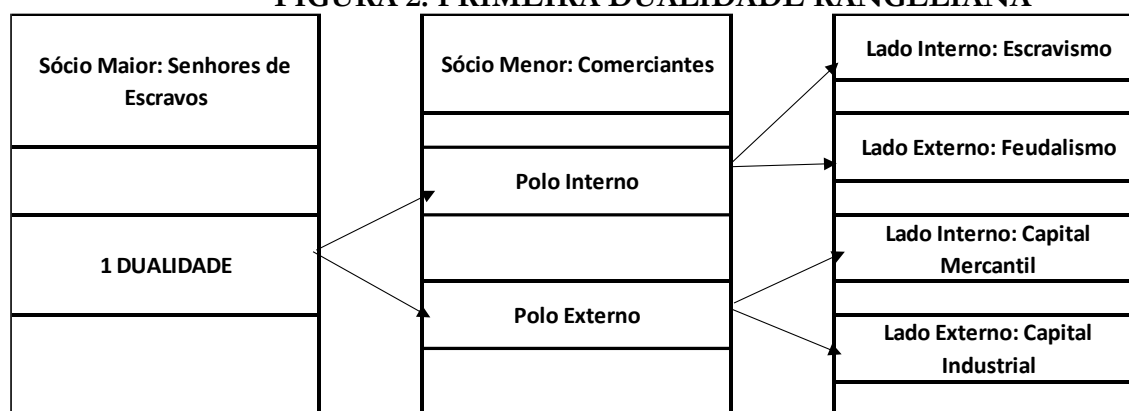
Em cada uma dessas transformações, a nova *forma dominante de produção* surgia, segundo Rangel, como metamorfose da anterior, cujo desaparecimento foi provocado pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas.

É importante ressaltar que as *dualidades* se formaram sempre nas *Fases “B”* ciclo longo de Kondratieff.

A **primeira dualidade** se iniciou no primeiro quartel do século XIX, identificada com a crise da colonização portuguesa que resultou na Abertura dos Portos (1808) e na independência (1822). Portanto, se relaciona com a *Fase B* do *Primeiro Ciclo* de Kondratieff. O **polo externo** definiu-se com a substituição do capital mercantil português pelo nascente capital mercantil brasileiro.

Surgiu nesse momento a classe dos comerciantes, notadamente exportadores-importadores, a qual constituiria uma das classes dirigentes do Estado no papel de **sócio menor**, conforme a **Figura 2**.

FIGURA 2: PRIMEIRA DUALIDADE RANGELIANA



Adaptação a partir de PEREIRA (2014; pg., 104).

Tais comerciantes, predominantemente estrangeiros, segundo Rangel, estavam politicamente despreparados para o exercício do poder, mas exerciam a função de ligação com o capital industrial do centro dinâmico, que por sua vez, impulsionava todo o sistema de acordo com os seus interesses.

No **polo interno**, a sociedade estruturava-se em torno da grande propriedade escravocrata. O senhor de escravo se constituía no **sócio maior** dessa **primeira dualidade** rangeliana. De acordo com Rangel (1981), a independência de 1822 e a abdicação de D. Pedro I em 1831, são marcos históricos importantes para a efetivação da classe escravocrata no poder do Estado. Contudo, se tal liderança abriu caminho para a atuação do capital mercantil internacional e para a formação de capital nacional, que

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

seriam as alavancas do desenvolvimento das forças produtivas ao longo do século XIX, a dinâmica dessa economia explicitava uma *contradição*.

Isto é, no **lado externo**, havia pressão, sobretudo da Inglaterra para que o escravismo fosse substituído, pelo que Rangel denominou de *latifúndio feudal*. Porém, no **lado interno**, era justamente o comércio de escravos que abastecia regularmente não só a lavoura como também uma relativa diversificação das fazendas escravocratas.

A mudança do **lado interno do polo**, conforme Rangel, só poderia acontecer se os escravos fossem incapazes de garantir a autossuficiência, a qual estava ligada tanto ao número de cativos quanto à disponibilidade de terras. Ambas as condições passaram a existir, através de duas mudanças institucionais importantes, no ano de 1850, quais sejam: o fim do tráfico de escravos, com a Lei de Eusébio de Queiroz; e, a Lei de Terras, na qual garantia que todas as terras devolutas passassem a pertencer aos fazendeiros. Desse modo, Rangel afirmou que, surgiu a possibilidade de mudança de dualidade.

5. A Segunda Dualidade

A *segunda dualidade* iniciou-se, segundo Rangel, a partir da abolição do comércio de escravos, na segunda metade do século XIX, movimento determinante para a crise nas relações de produção escravista, forçando as fazendas escravocratas a passarem ao estágio de *latifúndio feudal*, na denominação rangeliana.

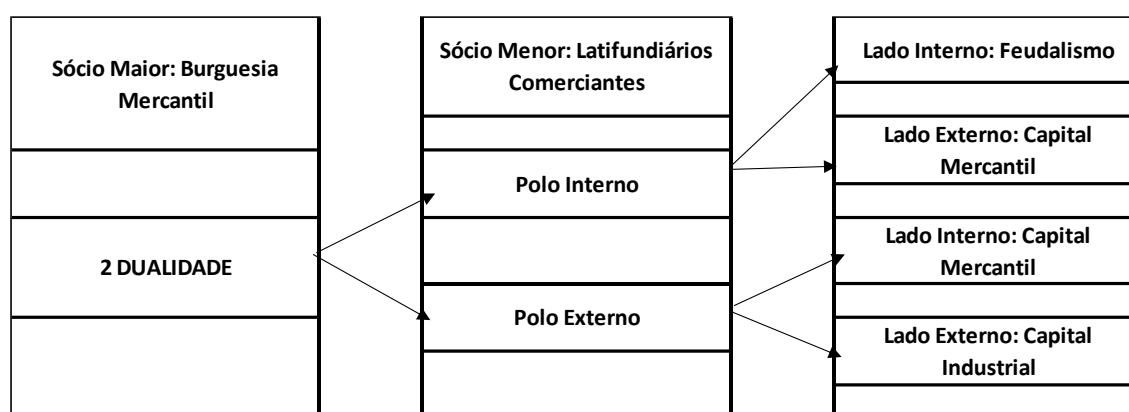
Tal movimento durou toda segunda metade do século XIX e, a constituição do latifúndio feudal encontra-se com a Fase “B” do *Segundo Ciclo* de Kondratieff, datado do início da década de 1870. Nessa, o escravo passou a exercer papel análogo ao “servo da gleba” do feudalismo europeu. Desse modo, a fazenda tornou-se *internamente* feudal e *externamente* capitalista.

Contudo, o senhor de escravos ao se converter em “senhor feudal” no **lado interno do polo** acabou por igualar as identidades dos dois **polos da dualidade**, representada pelo *capitalismo mercantil*.

FIGURA 3: SEGUNDA DUALIDADE RANGELIANA

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais



Adaptação a partir de PEREIRA (2014; pg., 105).

Tal como exposto na **Figura 3**, o **sócio maior** da *segunda dualidade* foi a classe dos comerciantes. Esta, em unidade com a burguesia industrial que fazia parte do **lado externo** do **polo externo**, encontrava-se suficiente madura, segundo Rangel, para influenciar politicamente o poder do Estado.

Como a *segunda dualidade* nasceu, como foi dito, na fase descendente do *ciclo longo* de Kondratieff, a burguesia mercantil deveria promover uma política de substituições de importações. Esta se deu, conforme Rangel, basicamente estimulando a atividade industrial interna através de processos artesanais e manufatureiros. O *pacto de poder* que representou as mudanças institucionais ocorridas na segunda dualidade, está no acontecimento da Proclamação da República, em 1889.

Em resumo, a *segunda dualidade* tinha a seguinte composição: no **polo externo**, o capital mercantil preexistente mantinha-se como formação dominante, e nele surgiu, de forma embrionária, o capital industrial; no **polo interno**, a formação dominante era o *latifúndio feudal* formado após a desagregação da fazenda escravocrata, responsável por liderar o ciclo expansivo da economia brasileira, a partir da atividade cafeeira.

6. A Terceira Dualidade

A *terceira dualidade* iniciou-se, de acordo com Rangel, com a crise nas relações externas, cujo marco foi a Crise de 1929 e a depressão da década de 1930. Nos termos dos ciclos de Kondratieff, essa dualidade encontra-se na *Fase "B" do Terceiro Ciclo Longo*.

Naquele momento, o desenvolvimento das forças produtivas nacionais estava obstruído pela retração do mercado internacional, determinando novas e profundas transformações na economia brasileira.

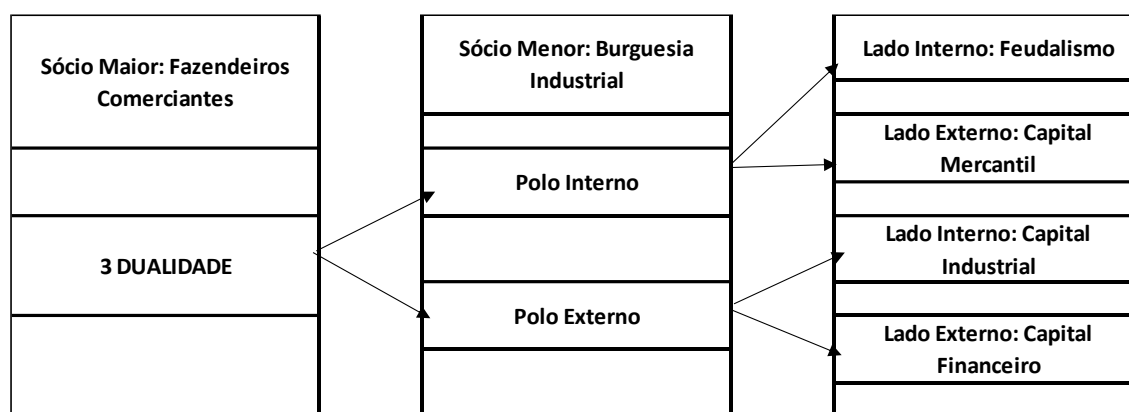
MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

A crise no setor externo provocou o declínio do capital mercantil e sua substituição, no **polo externo**, por nova formação dominante, o capitalismo industrial. A indústria passou a se desenvolver no país, ao lado da formação preexistente, dominante no **polo interno**, isto é, o latifúndio feudal.

Os fazendeiros comerciantes, de acordo com Rangel, não foram afetados pela crise externa, e sim, o capital mercantil, cujas funções básicas foram sendo gradualmente assumidas pelo Estado na esfera do comércio internacional, passando-se do *liberalismo econômico* ao controle estatal do comércio externo.

FIGURA 4: TERCEIRA DUALIDADE RANGELIANA



Adaptação a partir de PEREIRA (2014; pg., 106).

Conforme a **Figura 4**, foi a passagem do capital industrial para o **lado interno do polo externo**, a mudança mais significativa da *terceira dualidade*. Sua exclusão do **lado externo do polo externo**, por sua vez, possibilitou, a emergência do que Rangel denominou de capital financeiro.

Contudo, como **sócio menor** dessa terceira dualidade, a burguesia industrial teve papel determinante para alavancar o processo de substituição de importações. Esse, por sua vez, foi estimulado, na medida em que o esgotamento das reservas cambiais e a escassez de divisas, criaram uma reserva de mercado possível de ser ocupada pela produção nacional. De acordo com Rangel, o processo de substituição de importações, iniciado na *terceira dualidade*, transformou a economia brasileira que passou a produzir o seu próprio ciclo endógeno.

Segundo ele, uma característica importante da *terceira dualidade* está no fato de que, embora havendo começado nas condições da fase recessiva do ciclo longo, a industrialização substitutiva de importações não se interrompeu com a passagem ascendente do *Quarto Ciclo* de Kondratieff, que se iniciou em 1948. Pelo contrário, o dinamismo da industrialização brasileira, engendrando demandas de importações sempre novas, fez com que o impulso se mantivesse (RANGEL, 1981; pg., 30).

Isso porque, segundo o autor, em toda construção de um capitalismo industrial, emergem ciclos médios (Ciclo de Juglar), de periodização decenal aproximadamente, em que a economia, após fase ascendente, entra em crise, a qual acaba por induzir certas mudanças institucionais, tais como *política*

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

econômica, direito trabalhista, política de desenvolvimento tecnológico, e, em especial, o *aparelho de intermediação financeira*), as quais sensibilizam novos grupos de atividades econômicas ainda não modernizados, pondo em marcha, uma onda de investimentos, cujos efeitos se propagam a todas as partes do sistema econômico, o qual é impelido, afinal, para uma nova fase ascendente.

Ou seja, de acordo com Rangel, o ciclo longo define as mudanças estruturais no padrão de acumulação capitalista; os ciclos médios, definem as conjunturas no interior daquelas estruturas, tomando como base, os países engajados em economias industriais. Segundo ele, o Brasil, ao produzir *seu ciclo próprio*, se aproximava das nações industrializadas (RANGEL, 1981; pg's., 29 e 30).

Em síntese, a **terceira dualidade**, marca o início da inserção do Brasil no capitalismo industrial. Este passou a ser financiado pelo capital financeiro, entendido este, segundo Rangel, nos termos de Hilferding. Isto é, uma união dialética entre o capital industrial e o capital bancário, portanto, também uma formação dual, que no início (final do século XIX e início do século XX), havia predominância do primeiro sobre o segundo; mas que no avançar do século XX, as posições haviam se invertido, sendo as empresas *transnacionais*, a expressão máxima do capitalismo financeiro.

Rangel afirma que o capital financeiro situado no centro do capitalismo mundial, notadamente, o capital financeiro norte-americano, foi o grande aliado do capital industrial brasileiro. Sem ele, especialmente, após a II Guerra Mundial, o Brasil não teria avançado em seu processo de industrialização substitutivo de importações.

7. A Quarta Dualidade

De acordo com Rangel, a industrialização brasileira, que se iniciou com a substituição de importações das atividades supridoras de bens não duráveis de consumo, chegou ao final da década de 1970 e início da década de 1980, à produção industrial de peças, bens duráveis de consumo, de bens de investimentos e de insumos básicos, em que poderia afirmar que seu parque industrial, naquele momento, atingira maturidade, completando razoavelmente a matriz industrial, típica de um país industrializado. `

Contudo, havia, também, o avanço considerável da industrialização na agricultura, o que, por sua vez, impunha agudas contradições internas àquele setor, se explicitando no sistema como um todo. Seriam essas contradições, o ponto de partida para uma **quarta dualidade**.

À época em que publicou a versão acabada de sua *Tese*, em 1981, Rangel chamou atenção que, não obstante a **quarta dualidade** estivesse no futuro, suas pré-condições estavam postas. Ou seja, a *nova dualidade* estava presente na crise que atravessava a sociedade brasileira (final de década de 1970 e início da década de 1980), identificada no esgotamento do sócio maior da **terceira dualidade**, e, no plano externo, a crise do capitalismo mundial, que desde o ano de 1973, quando se deu o primeiro choque do

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

petróleo, marcou, para o autor, a entrada dos países do centro capitalista hegemônico na *Fase “B”* do *Quarto Ciclo* de Kondratieff.

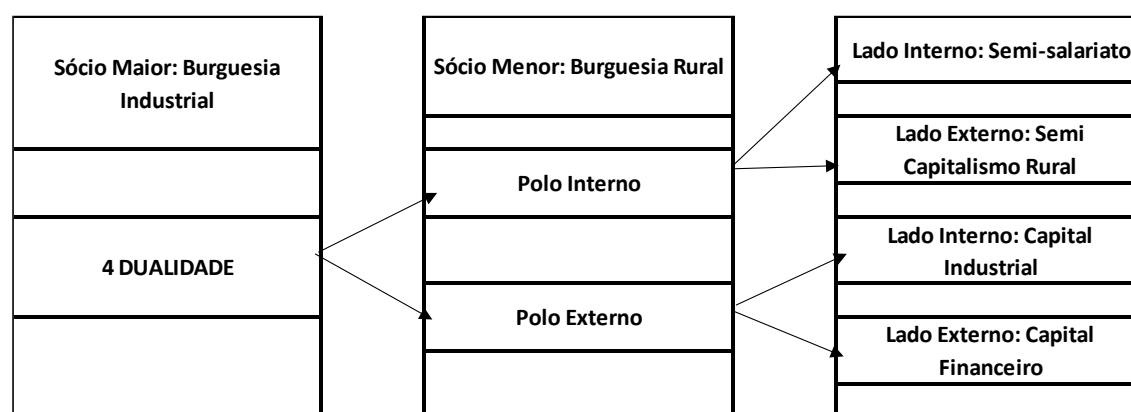
No Brasil, a fase descendente do ciclo longo coincidiu com o fim do chamado “Milagre Econômico”, que marcou nossa socioeconomia, entre 1968 e 1973. O esforço do II PND (governo Geisel – 1974/1978) de manter o crescimento de forma a completar a substituição de importações nos ramos de bens de capital e insumos importados, notadamente petróleo, desaguou em grave crise do balanço de pagamentos, a partir do início dos anos de 1980.

Diante da incapacidade de continuar financiando o crescimento da economia com capital externo, esse financiamento deveria ser feito, conforme Rangel, com poupança interna. Seu argumento era de que o Brasil estava deixando de produzir muitos produtos importados, devido a falta de um setor de intermediação financeira capaz de suprir a acumulação de capital.

Segundo ele, sem um adequado sistema financeiro interno e sem uma revisão do enquadramento jurídico das unidades produtivas investidoras, não era possível assegurar plena utilização para o potencial produtivo, no já criado ramo de bens de capital. Ou seja, as condições de financiamento da industrialização por meio do *lado externo* do **polo externo** da *terceira dualidade* estavam esgotadas.

Conforme a **Figura 5**, a burguesia industrial, como resultado natural das evoluções históricas das dualidades, tornar-se-ia o **sócio maior** da *quarta dualidade*. Seu **sócio menor** na futura coalizão de poder seria a nova burguesia rural.

FIGURA 5: QUARTA DUALIDADE RANGELIANA



Adaptação a partir de PEREIRA (2014; pg., 106).

De acordo com Rangel, a viabilização da mudança no **polo interno** da dualidade, se daria pela eliminação dos últimos resquícios do *latifúndio feudal* – condição necessária para a criação de empregos no meio rural. Nesse sentido, Rangel afirma que o principal problema a ser enfrentado era a *questão agrária*.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Seu argumento era de que o Brasil se industrializou, ao longo do século XX, sem reformar a estrutura agrária. Isso porque a execução de projetos industriais, de elevada razão capital/produto, num país de capacidade para importar inelástica e não dispondo ainda de um parque moderno produtor de meios de produção, implicou, no contexto da *terceira dualidade*, na produção desses meios por processos pré-industriais, com emprego intensivo de mão de obra.

Com efeito, segundo o autor, a negação dessa condição criou indústrias, tanto produtora de bens de produção como de construção gravemente subutilizada, bem como, uma agricultura mecanizada que, na década de 1970, havia expandido aceleradamente seu processo de quimificação. Todas essas atividades atingiram, naquele período, maturidade, em que sua estrutura passou a ser poupadora de mão de obra, o que significava, para Rangel, que o *multiplicador de emprego* dos investimentos chegou ao seu mínimo, estabelecendo uma tendência sistêmica em produzir um superdimensionado “exército industrial de reservas”, visto que a agricultura havia expelido do quadro rural o grosso da mão de obra que antes retinha e que se tornou desnecessária, à vista da modernização do setor.

A solução, embora temporária, de acordo com Rangel, seria restabelecer o complexo rural desfeito. Apontou como política pública a ser perseguida, o estímulo à produção para o autoconsumo – de bens agrícolas e não agrícolas – de modo a absorver a família camponesa; além de, no quadro urbano, possibilitar a construção suburbana de casa própria, pelo emprego de mão de obra ociosa nas cidades. De fato, uma solução na tradição keynesiana.

Todavia, Rangel identificou um fator inibidor para a concretização da política pública, qual seja, o *preço da terra*. Esse era proibitivo tanto no quadro rural como no quadro urbano. Argumentou que o preço não era (como não é) inerente à terra como tal – para cultura ou construção – mas resultado do fato de haver a terra emergido como *reserva de valor*, significando que o preço da terra se converteu em *fenômeno financeiro*, sensível, portanto, às mudanças que se absorvem no mercado financeiro.

Rangel vaticinou que era inevitável uma reversão das expectativas, trazendo consigo a possibilidade de um colapso do preço da terra, desatando todo o nó de contradições em que se movia o sistema da *terceira dualidade*.

A *quarta dualidade* se concretizaria a partir de uma dissidência do velho latifúndio feudal – proprietários capitalistas – que por motivos especulativos venderiam suas terras excedentes, precipitando, com isso, a queda dos preços, o qual, tornando-se acessível a pequenos produtores, destruiria, assim, o monopólio latifundiário da terra.

Portanto, sobre essa base econômica uma nova estrutura de poder se assentaria, em que a condição de **sócio maior** ficaria com a burguesia industrial, representando o **polo externo**; a condição de **sócio menor** ficaria com a burguesia rural, representando o **polo interno**; sendo a aproximação dos

dois polos, no tocante aos respectivos modos dominantes de produção, homogeneizaria a economia e a sociedade, pondo a termo *o próprio fenômeno da dualidade*.

Considerações finais

Entre a primeira versão (1953) e a última (1981), a *Tese da Dualidade* formulada por Ignacio Rangel foi tomando corpo e amadurecendo. É uma leitura difícil, por suposto. Há que se enquadrar cada versão, na moldura dos momentos em que foram escritas. Isto é, há que se analisá-las de acordo como o autor avançava no entendimento das realidades, enxergava os desafios e propunha uma estratégia, como um passo em frente, em nosso processo civilizatório.

Como foi exposto a *Tese da Dualidade* é ponto de partida para o entendimento de outras teses defendidas pelo autor. Se cotejarmos as versões com os demais escritos, verifica-se como que à luz dos acontecimentos contemporâneos, Rangel foi reestruturando seu pensamento e definindo sua posição nos grandes debates sobre o destino do Brasil. Isso fica claro, por exemplo, nas discussões sobre questão agrária, tecnologia e inflação. Nos escritos específicos sobre esses temas, ao longo do tempo em que foram sendo publicados, é inegável a relação com *Tese da Dualidade* e como ela se explicitava ao se relacionar com as respectivas temáticas.

Portanto, a *Tese da Dualidade* de Ignacio Rangel, é uma teoria histórica que analisa a contradição essencial que colocou em movimento a história do Brasil. A explicação dialética do nosso desenvolvimento, não se resume apenas à esfera econômica; e sim, uma teoria que abarca também outras esferas da realidade social, concebida como uma totalidade histórico-cultural, que tenta dar conta da especificidade da economia e da sociedade brasileira, que possui em setor capitalista e outro pré-capitalista. Ou seja, ao se municiar do instrumental metodológico marxista, não tratou apenas de verificar que a economia brasileira apresentava características correspondentes a várias etapas do desenvolvimento histórico da economia mundial. (BRESSER-PEREIRA & REGO, 2014; pg., 135).

Rangel buscou investigar atentamente como agiam umas sobre as outras as leis correspondentes a essas diferentes etapas. Como foi dito, para ele, a história do Brasil não retratava fielmente a história universal, especialmente a europeia, pois nossa evolução não foi autônoma, não foi produto exclusivo de suas forças internas. E sim, que essa história consistia na coexistência *dual* de relações de produção historicamente defasadas em relação às relações de produção existentes na Europa.

Em resumo, a dinâmica histórica brasileira se distinguiu dos casos clássicos, porque os processos econômicos, sociais e políticos não decorreram apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas principalmente, da evolução das relações que o Brasil manteve, e ainda mantém, com as economias centrais do capitalismo.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Segundo Rangel, desenvolvendo-se como economia periférica, o Brasil sempre se ajustou a uma economia externa diferente da sua, de modo que ele próprio, *é uma dualidade*. Contudo, alertou que os termos dessa *dualidade* se alteraram ao longo do tempo, transformando muito mais rapidamente no interior do que no exterior, o que significava que a sociedade brasileira estava queimando etapas.

Em suas palavras, *nos primeiros quatro séculos de sua história, o Brasil venceu um caminho correspondentes a, pelo menos, quatro milênios da história europeia* (RANGEL, 1957; pg., 37).

Por fim, concorda-se com Maria Malta, de que a *Tese da Dualidade* rangeliana, tem o limite de sua época, pois representava uma visão, um modo de pensar, que era irreconciliável com as representações dos grupos sociais mais destacados na política e na economia de então. Por outro lado, a visão de Rangel também não encontrava base nas formulações dos dominados e suas representações de vanguarda. Na verdade, *seu marxismo era mais brasileiro do que universal, mais original que ortodoxo. Sua dialética, mais evolucionista que dinâmica e carregava a ordem de um cientista do seu tempo*. Em suma, a criatividade e o ecletismo de Ignacio Rangel, foram ao mesmo tempo *a fonte de sua inovação interpretativa que deu origem a uma autêntica interpretação do Brasil e o motivo de seu ostracismo* (MALTA, 2014; pg., 264).

Referências

ALMADA, J; PAULA, R. Z. A. & HOLANDA, F. M. Introdução às avocações, conjunções e incursões na obra de Ignacio Rangel. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J. & PAULA, R. Z. A. (Org.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014.

BIELSCHOWSKI, R. *O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930/1964*. [1988]. 4 ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. Um mestre da economia brasileira: Ignacio Rangel revisitado. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J. & PAULA, R. Z. A. (Org.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014.

CASTRO, M. H. & BIELSCHOWSKI, R. Contribuições de Ignacio Rangel ao pensamento econômico brasileiro. In: RANGEL, I. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Bernal, 1987.

CÔRREA, R. Canção d'amigo para Ignacio Rangel. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J. & PAULA, R. Z. A. (Org.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014.

CRUZ, P. D. *Ignacio Rangel, um pioneiro. O debate econômico dos anos 60*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1980.

MALTA, M. A categoria dualidade básica como interpretação do Brasil. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J. & PAULA, R. Z. A. (Org.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

PALHANO, R. O centenário da usina do pensamento: Ignacio Rangel, a capacidade de decisão e o santo de casa. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J. & PAULA, R. Z. A. (Org.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014.

PEREIRA, J. M. D. O voo da águia: reminiscências sobre o pensamento crítico de Ignacio Rangel. In: HOLANDA, F. M.; ALMADA, J. & PAULA, R. Z. A. (Org.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: EDUFMA, 2014.

RANGEL, I. *Dualidade básica na economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. A dinâmica da dualidade brasileira. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte, 2 (2), 215-236, jul. 1962.

_____. A História da dualidade brasileira. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo: 1 (4), 5-34, outubro, 1981.

_____. O Brasil na Fase B do 4. Kondratieff. In: RANGEL, I. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.